
Antecedentes e Abrangência

1

2 Antecedentes e Abrangência

2.1 Município: informações sobre a estrutura administrativa e as justificativas para contratação

A característica principal da estrutura administrativa e modelo de gestão municipal da maioria dos Municípios brasileiros, dentre os quais o Município de Santa Rita se inclui é a INDISPONIBILIDADE de técnicos para a tarefa de planejamento e a falta de um setor específico para esta finalidade.

Este problema se agrava com a dispersão das atribuições de interesse do Planejamento entre vários setores desconexos, como mostra o

Anexo V - Secretarias e funções ligadas ao Planejamento - , com a descrição dos setores e as atribuições ligadas ao Planejamento.

Esta falta de um setor estruturado para o Planejamento, se reflete na desvinculação das competências de planejamento (capacidade de fazer) e atribuições, obrigação de fazer.

Por outro lado, o Estatuto da Cidade – lei federal nº 10257/2001, que estabelece as diretrizes para elaboração do Plano Diretor, com apenas 4 anos de existência, ainda não conseguiu ser assimilada totalmente nem pelos técnicos, nem pela população dos municípios de um modo geral, estando sua interpretação e compreensão ainda adstrita a uma minoria de técnicos e estudiosos do Urbanismo que necessitam passar estes conhecimentos para as comunidades.

Portanto estas são as razões para contratar equipe alheia aos quadros de pessoal da Prefeitura Municipal de Santa Rita, resumidas a seguir:

1. Limitações qualitativas e quantitativas de pessoal;
2. Impossibilidade de deslocar profissionais competentes voltados a solução dos problemas emergenciais do dia a dia, para a tarefa de elaborar o Plano Diretor;
3. Deficiência estrutural da administração para a função de Planejamento.

2.2 Caracterização do Município

O Município de Santa Rita abrange uma área de 726,57 Km² sendo parte integrante da Região Metropolitana da cidade de João Pessoa e está situado em torno das coordenadas geográficas, 7º de latitude sul e 35º de longitude leste.

A **Tabela 1** descreve os limites municipais do Município de Santa Rita, e as distancias entre as sedes municipais limítrofes.

Tabela 1- Municípios com maior relacionamento e distâncias

Principais Destinos	Itinerário	Distância - Km
1. Alhandra	PB-004, BR-101 E PB-034	46
2. Bayeux	PB-004	12 06
3. Capim (Via Sapé)	PB-004 E PB-041	56
4. Cabedelo	BR- 230 R.F.F. S/A	37 37
5. Conde	PB-004, BR-230, BR-101 E PB-018	26
6. Cruz do Espírito Santo	PB-004 R.F.F. S/A	12 14
7. João Pessoa	PB-004 R.F.F. S/A	11 12
8. Lucena	PB-004, BR-101 e PB-025	45
9. Pedras de Fogo	BR-230 e PB-030	41
10. Rio Tinto	PB-004, BR-101 e PB-041	59
11. Sapé	PB-004	31
12. São Miguel de Taipu	BR-230, PB-048 E PB-042	45
B - SEDE MUNICIPAL COM MAIOR RELACIONAMENTO		
João Pessoa	PB-004 R.F.F. S/A	11 12
C – CAPITAL DO ESTADO		
	PB-004 R.F.F. S/A	11 12

Fonte: CD Sistema Rodoviário de Vias de Comunicação IDEME.

Segundo a Tabela 2 , o Município de Santa Rita possui uma superfície 3,5 vezes maior que a da superfície da capital da zona Metropolitana – João Pessoa e cerca de 24 (vinte e quatro) vezes maior que a da menor cidade da mesma zona – Cabedelo. Conforme síntese constante da mesma Tabela, o município possui uma população de 115.844 pessoas, sendo 81,05% urbana e 18,95% rural.

Tabela 2 Aglomerado Urbano de João Pessoa 2002 Santa Rita

Caracterização Territorial									
Discriminação	Área		População				Taxa de urbanização %	Densidad populaci hab/km²	Distância à capita l km
	Km²	%	Urbana	Rural	Total	%			
Total	1,292.5	100	765,87	28,575	794,448	100	-	-	-
João Pessoa	210.8	16.3	549,36	-	549,363	69.15	100.00	2,606.00	-
Cabedelo	31.4	2.4	34,69	-	34,690	4.37	100.00	1,105.00	18
Santa Rita	766	59.2	85,60	20,020	105,625	13.30	81.05	138.00	11
Bayeux	27.5	2.1	83,95	211	84,169	10.59	99.75	3,061.00	4
Lucena	92.4	7.2	5,61	2,743	8,362	1.05	67.20	90.00	45
Conde	164.8	12.8	6,63	5,601	12,239	1.54	54.24	74.00	14

Fonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social - Fundação de Ação Comunitária - FAC

A Tabela 3 e a Tabela 4 se complementam definindo os indicadores demográficos e de condições de vida do Município de Santa Rita nos anos de 1991 e 2000 e a variação percentual deste período, estabelecendo com base nestes indicadores, a classificação do município no ranking do Estado da Paraíba com relação a estes indicadores de vida. A Tabela 4 informa também dados relacionados a finanças municipais como o FPM – Fundo de participação do Município , o ITR – Imposto Territorial Rural, dentre outros.

O índice de desenvolvimento do Município – IDH-M é de 0,0659 enquanto o IDH-M do Estado é de 0,661, quarto menor índice de desenvolvimento do País.

Tabela 3 Indicadores demográficos e de condições de vida

Discriminação		Ano		Variação Percentual	Taxa anual Crescimento	Ranking Estadual 2000
		1991	2000			
População Residente	Absoluto	94.413	115.844	-	-	
Urbana		76.490	100.475	-	-	
Rural		17.923	15.369	-	-	
	%	100,00	100,00	22,70	2,30	-
Urbana		81,02	86,73	31,36	3,08	
Rural		18,98	13,27	(14,25)	(1,69)	
Por Sexo	Absoluto	94.413	115.844	-	-	
Homem		46.112	56.406	-	-	
Mulher		48.301	59.438	-	-	
	%	100,00	100,00	22,70	2,30	
Homem		48,84	48,69	22,32	2,26	
Mulher		51,16	51,31	23,06	2,33	
Domicílios		20.233	28.251	39,63	3,78	-
Urbanos		16.689	24.849	48,89	4,52	-
Rurais		3.544	3.402	(4,00)	(0,45)	
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)		0,566	0,659	16,43	1,70	17º
Taxa de Alfabetização (%)		0,60	0,71	18,33	1,89	22º
Taxa Bruta de Freqüência a Escola (%)		0,43	0,75	74,42	6,37	153º
Mortalidade até 1 ano de Idade (%)		80,83	34,54	(57,27)	(9,10)	8º
Probabilidade de Sobrevida até 60 anos (%)		65,98	75,70	14,73	1,54	9º
Esperança de Vida ao Nascer (anos)		60,95	67,37	10,73	1,12	9º
Renda Per capita Média (R\$/Mês)		78,63	105,01	33,86	3,29	22º
% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada		65,16	69,60	6,81	0,73	12º
% de pessoas que vivem com rede de esgotamento sanitário		8,10	6,54	(19,26)	(2,35)	-
% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo		5,74	92,99	61,05	5,44	9º
% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica		91,74	97,87	6,68	0,72	8º
% de pessoas que vivem em domicílios com telefone		4,51	14,83	228,82	14,14	134º
% de pessoas que vivem em domicílios sub-normais		0,96	-	-	-	1º
FONTE: IBGE / PNUD / IPEA - 2002						

Tabela 4 Indicadores demográficos e de condições de vida

População e Domicílios 2000-2001		
Pessoas Residentes - Área Urbana	100.475	Pessoas
Pessoas Residentes - 10 anos ou mais de idade - Rendimento Nominal Médio	272,41	Reais
Mulheres Residentes - 10 anos ou mais de idade - Rendimento Nominal Médio	220,88	Reais
Pessoas Residentes - 10 anos ou mais de idade - Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	18.544	Pessoas
Esgoto - Domicílios particulares permanentes com banheiro ligado à rede geral	1.626	Domicílios
Água - Domicílios particulares permanentes com abastecimento ligado à rede geral	21.547	Domicílios
Lixo - Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	23723	Domicílios
Óbitos e Serviços de Saúde 2002-2003		
Óbitos hospitalares - Homens	125	Óbitos
Óbitos hospitalares - Mulheres	149	Óbitos
Óbitos hospitalares - Doenças infecciosas e parasitárias	39	Óbitos
Óbitos hospitalares - Causas externas	4	Óbitos
Estabelecimentos de saúde - Total	32	Estabelecimentos
Estabelecimentos de saúde - Prestadores de serviços ao SUS	29	Estabelecimentos
Leitos hospitalares	296	Leitos
Leitos hospitalares disponíveis ao SUS	290	Leitos
Matrículas - Ensino Fundamental	29120	Matrículas
Matrículas - Ensino Médio	4516	Matrículas
Docentes - Ensino Fundamental	1182	Docentes
Docentes - Ensino Médio	189	Docentes
Nascimentos registrados no ano	2631	Nascimentos
Casamentos registrados no ano	424	Casamentos
Separações judiciais registradas no ano	27	Separações
Representação - política 2000		
Eleição Municipal - Partido do candidato eleito	PMDB	
Eleição Municipal - Número de eleitores	65.732	Eleitores
Unidades Locais - Empresas com CNPJ	1.018	Empresas
Agências bancárias	3	Agências
Valor das Aplicações		Reais
Finanças Públicas 2002		
Valor do Fundo de Participação dos Municípios	8.679	Mil Reais
Valor do Imposto Territorial Rural	29.563	Reais
Base da Unidade Territorial		
Área da unidade territorial	726, 57	Km ²
FONTE: IBGE		

Breve História de Santa Rita

Santa Rita tem sua origem ligada a implantação do Engenho Tibiry, em 1586 pelos colonizadores da Capitania Real da Paraíba, criada pelo rei de Portugal em 1574 com a finalidade de tomar posse efetiva da terra e evitar os ataques de indígenas e franceses a capitania de Itamaracá.

É um dos núcleos de povoamento mais antigo da Paraíba, ficando em 1º lugar a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa.

Implantado o Engenho El-Rei do Tibiry, nas terras de Massapé do Rio Paraíba e instaladas a população e mão-de-obra necessária ao seu funcionamento, o Capitão-Mor João Tavares obteve a concessão real de estender aos colonos e lavradores, o privilégio de moer suas canas no Engenho de Tibiry.

Santa Rita enquanto não havia se constituído em Município, se subordinava à municipalidade da capital. As suas autonomias administrativa e política só vieram a se oficializar com a lei 221 de 19 de março de 1891 assinada pelo Governador Venâncio Neiva, publicada no Jornal Gazeta da Paraíba em 20 de Março do mesmo ano. Em 1931, o município foi suprimido através do Decreto Estadual nº 83, de 06 de abril de 1931 (Interventoria de Antenor Navarro) e extinta a comarca de Santa Rita pelo Decreto Estadual nº 193, de 30 de setembro de 1931. O município teve sua restauração por força do Decreto Estadual nº 352, de 28 de dezembro de 1932 e sua comarca pelo decreto nº 591, de 30 de outubro de 1934. O prefeito foi nomeado, bem como o Conselho de Intendência (atual Câmara Municipal) sendo o primeiro Chefe do Executivo Municipal o Sr. Cordeiro de Melo.

2.3 Meio Ambiente

Como forma ampla, o meio ambiente pode ser interpretado como qualidade de vida, daí abranger :

- Saneamento ambiental¹
- Energia;
- Saúde;
- Preservação do patrimônio natural construído;
- Acessibilidade e transporte.

¹ As ações de Saneamento Ambiental exercem papel preventivo sobre a Saúde Pública, permitindo o controle da transmissão de doenças prejudiciais ao homem, compreendendo: abastecimento de água (captação, tratamento, adução, reserva e distribuição); esgotamento sanitário (coleta, tratamento e disposição final); limpeza urbana (coleta, tratamento e disposição final); drenagem de águas pluviais (coleta e disposição final).

Infra-estrutura: Saneamento Básico e Energia

O município de Santa Rita possui 21.547 domicílios servidos pela Rede de Abastecimento d'água da CAGEPA, alimentada pelo Rio Tibiri e pelos açudes Gramame – Mamuaba das bacias dos rios do mesmo nome, correspondendo a 68% de domicílios abastecidos. Outros domicílios - 11%, são abastecidos através de poço ou nascente e 21% de outra forma, segundo Censo Demográfico de 2000.

Tabela 5 Domicílios Particulares Permanentes, por Forma de Abastecimento de Água – 2000

68% Rede geral
11% Poço ou nascente
21% Outra Forma

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

RECURSOS HIDRICOS - O município abriga três bacias hidrográficas: uma ao norte - a Bacia do Rio Miriri, outra na porção central - a Bacia do Baixo Paraíba e uma terceira ao sul, a Bacia do Rio Gramame.

Analizando a **Tabela 6** podemos perceber que o volume de água das reservas Gramame – Mamuaba, segundo os dados constantes do Anuário Estatístico da Paraíba, em dezembro de 1999, era de 12 141.580 m³ de água.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO - Apenas 32 % dos domicílios localizados na área central e parte de suas adjacências, são atendidos pela

Tabela 6 Capacidade total e volume armazenado (em m³) dos açudes – 2002

Açude	Município	Capacidade Máxima (m ³)	Volume (m ³)						
			6/30/2002	7/31/2002	8/31/2002	9/30/2002	10/30/2002	11/30/2002	12/31/2002
Bacia Gramame-Mamuaba		100.00	100.00	100.0	100.0	99.1	-	90.5	84.9
Gramame-Mamuaba	Conde	56,937,000	56,937,000	56,937,000	56,937,000	56,430,000	-	51,532,200	48,346,920

Fonte: LMRS-PB/SEMARH/DNOCS

Ao lado do nome de cada bacia mostra-se a percentagem do volume total armazenado nos açudes em relação à capacidade máxima de acumulação em cada bacia. Valores estimados

rede coletora de esgoto da CAGEPA, enquanto os demais domicílios se utilizam de sistemas alternativos – fossas sépticas, fossas improvisadas ou despejo direto em mananciais - Tabela 5.

Atualmente o efluente gerado tem sido lançado diretamente no Rio Preto (em Bayeux se denomina Paroeira), sem nenhum tratamento, mas está sendo implantada uma expansão da rede coletora de esgoto com repasse de verbas federais para a CAGEPA, que terminará em um sistema de tratamento composto de duas lagoas de maturação.

Para uma grande parte da cidade, o esgoto escorre de forma superficial até o meio-fio, particularmente as que abrigam pessoas de baixa renda, provocando um nível perigoso de exposição a contaminantes orgânicos.

RESÍDUOS SÓLIDOS - O destino e coleta dos resíduos sólidos são feitos de forma regular. Santa Rita possui um Aterro Controlado (desativado) e atualmente a disposição final dos resíduos está sendo disposta no Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa.

ENERGIA - Praticamente, toda a área urbana e rural efetivamente ocupada é eletrificada.

GÁS NATURAL – Em outubro de 1995 foi implantada a Companhia Paraibana de Gás – PBGAS, uma empresa de economia mista, concessionária dos serviços de distribuição de gás natural canalizado no Estado da Paraíba. Possui uma rede de 67 KM de extensão que atinge o Município de Santa Rita, Bayeux, Cabedelo e Conde. Faz parte da Composição Acionária da PBGÁS as seguintes empresas: Estado da Paraíba Petrobrás Gás S/A – Gaspetro, subsidiária da PETROBRÁS e a GASPART – Gás Participação LTDA, empresa de Capital privado, controlada pela ENRON.

Transportes e Sistema Viário

A população da cidade de Santa Rita faz uso de meios de transporte bastante diversificados – trem, ônibus, bicicleta e carro – mesmo assim tem tido grandes problemas nesse setor devido às falhas de sistematização e de integração entre os sistemas.

O transporte intermunicipal é o menos problemático: há seis empresas de ônibus que cobrem praticamente todos os bairros da cidade, apresentando maiores problemas nos deslocamentos entre a zona urbana e zona rural, devido à escassez de carros e pouca opções de horários.

A cidade de Santa Rita está inserida na região metropolitana de João Pessoa, guardando com a capital estreitas relações de negócios. Os deslocamentos entre essas duas cidades vêm apresentando problemas devido ao seu custo elevado, contribuindo, inclusive, para a redução de ofertas de emprego para os moradores de Santa Rita na capital. Existem problemas relacionados à inflexibilidade do sistema ferroviário – horários e localização das estações – e provenientes da falta de integração entre os sistemas de transportes da cidade com os sistemas da capital.

Segundo informações prestadas pelos proprietários de transportes clandestinos, atualmente trafegam cerca de 524 veículos desta espécie dentro do Município de Santa Rita, fazendo o percurso Santa Rita-João Pessoa. Estes veículos provocam uma diminuição da clientela natural dos ônibus, dificultando uma política de barateamento no custo dos transportes coletivos, além de concorrerem para a poluição e engarrafamento das vias principais.

2.3.3.1 Sistema Rodoviário

Santa Rita conta com duas rodovias federais (BR 230 e BR 101) e uma rodovia estadual – PB 004, além da estrada de ferro da Rede Ferroviária Federal.

Entre as vias principais que orientam a estrutura urbana de Santa Rita, destacam-se: as Ruas Siqueira Campos e Juarez Távora que dão acesso aos municípios de Bayeux, João Pessoa, Sapé e cidades do interior do Estado. É válido ressaltar que essas ruas concentram grande parte do comércio local, igrejas e instituições públicas.

O município conta com um serviço relativamente recente de passageiros que faz a ligação intramunicipal com os bairros de ocupação mais recentes e os eixos comerciais locais. As linhas mais importantes são as intermunicipais, ligando vários bairros do município de Santa Rita ao terminal

de integração de transportes urbano junto à Estação Rodoviária de João Pessoa.

2.3.3.2 Sistema Ferroviário

A Rede Ferroviária Federal - R F F também corta a cidade de Santa Rita, sendo o trem uma das opções de transporte para a interligação da zona metropolitana, com as cidades de João Pessoa e Cabedelo. O sistema ferroviário dispõe de uma linha interurbana e intra-regional, ligando os municípios de Santa Rita, João Pessoa e Cabedelo com 22 saídas diárias, operando principalmente em horários de pique, com funcionamento nos dias úteis e sábados até às 12h (17 saídas) e 5 saídas apenas nos dias entre as segundas e sextas-feiras. O município dispõe de dois terminais de passageiros: o de Várzea Nova e o Central.

2.3.3.3 Sistema de Transporte Aéreo

A estação de passageiros do Aeroporto Presidente Castro Pinto localiza-se no Município de Bayeux, razão pela qual se diz que é nesta cidade que está localizado tal aeroporto. No entanto parte da área do mesmo correspondente as pistas de aterrisagem encontra-se no Município de Santa Rita.

A pista pavimentada de 2515 m apresenta boas condições para operações de vôo, permitindo a aterrissagem de aviões de grande porte.

2.3.3.4 Sistema de Transporte Marítimo

O porto de Cabedelo dista cerca de 30Km de Santa Rita, tendo 700m de extensão, 300m de largura e cerca de 13m de profundidade, depois de concluída a dragagem.

2.3.3.5 Sistema de Ciclovias

Apesar da cidade ser relativamente plana e a bicicleta ser um importante meio de transporte, não existem ciclovias ou vias de pedestres bem estruturadas para tal sistema, o que seria desejável pelas características da cidade.

Tabela 7 - Unidades de Conservação 1999
Áreas silvestres protegidas, reservas biológicas e ecológicas

DISCRIMINAÇÃO		
Unidade de conservação Federal	Área HA	Local
Reserva particular da Mata Eng. Gargaú - patrimônio da natureza	1058,00	Engenho Gargau
Unidade de conservação Estadual		
Área silv.proteg. em estudo p/unid. de conservação	600,00	Mata da Usina São João

Fonte: IBAMA/SUDEMA/Anuário Estatístico da Paraíba

2.4 Finanças / Economia e Aspectos sociais

Finanças do Município

Apesar da acentuada elevação das transferências de impostos federais em favor dos governos estaduais e municipais introduzidas pela Constituição de 1988 e de ter sido fortalecida e consolidada a capacidade de tributação própria das esferas estaduais e municipais de governo, os números referentes a arrecadação tributária mostram que os recursos ainda permanecem concentrados nas mãos do governo federal.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ em 1998, o governo federal arrecadou diretamente 67,5% dos tributos cobrados no país, os estados arrecadaram 27,3% e os municípios ficaram com os 5,2% restantes.

A permanência de um elevado grau de centralização fiscal impede que os distintos níveis de governo tenham a capacidade de financiar as despesas derivadas do exercício de suas funções com seus próprios recursos.

A análise mais completa da realidade do município foi efetuada pelo CONDIAM – Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal da Área Metropolitana de João Pessoa, através da apostilha intitulada Finanças Públicas: Análise dos Orçamentos Realizados – 1997- 2001.

Aspectos econômicos

Nas Bacias do Rio Miriri e do Baixo Paraíba, predominam as atividades agrícolas relacionadas com a cultura da cana-de-açúcar, enquanto as atividades de carcinicultura se realizam na porção extremo nordeste.

As atividades urbano-industriais estão situadas na parte central.

A mostra que quase metade do PIB do município é atribuído ao setor industrial, enquanto o setor de serviço ocupa o segundo lugar com 36,64%, ficando em seguida muito abaixo o setor agro-pecuário com 14,40%.

Tabela 8 - Produto interno bruto

	Mil Reais	%
Agropecuária	70.690	14,40
Indústria	240.305	48,96
Serviços	179.867	36,64
Total	490.862	100,00

Fonte: IBGE/2002

2.4.3 Recursos Minerais

Segundo o DNPM – Departamento Nacional da Produção Mineral, Município de Santa Rita possuía em 1996, uma reserva de calcário medida de 44.126.250 toneladas e uma reserva indicada de 51211075 toneladas .

Tabela 9 - Recursos Minerais 1996			
MUNICÍPIOS	1996		
	Medida	Indicada	Inferida
Santa Rita			
Calcário (t)	44,126,250	51,211,075	...

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro/Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM/Anuário estatístico da Paraíba 2000

Indústria

Santa Rita conta com um distrito industrial dividido em dois blocos, todos as margens da BR 230, onde estão instaladas empresas de grande porte como Valtex, Samello, De Millus, COSIBRA, Alpargatas, dentre outras.

O município é um dos pólos nacionais de produção de calçados do Estado, contando com cerca de 5 estabelecimentos do ramo.

Conta o Município ainda com quatro empresas que beneficiam e engarrafam água mineral. São elas: Indaiá, Sublime, SPA e Cristal.

Com o novo centro industrial do Nordeste, a posição geográfica de Santa Rita é simultaneamente vantajosa tanto no atendimento ao mercado

regional, como no suprimento de equipamentos e usinas ao Parque Instalado, dispondo de fácil acesso ao Porto de Cabedelo – do qual dista cerca de 30 KM.

Agricultura e Pesca

Dentre as atividades agrícolas, o município se destaca na produção de cana-de-açúcar e abacaxi, tendo com relação a esta última liderado na Paraíba o ranking da produção em 2003, com 80 milhões de frutos colhidos.

Ultimamente a atividade da pesca e com destaque a carcinicultura, as quais exigem condições ambientais altamente favoráveis para a sua prática, tem-se apresentado como uma importante alternativa para a geração de rendimentos complementares para as comunidades.

Santa Rita se situa dentre os Municípios pesqueiros do Estado da Paraíba, ao lado de Pitimbu, Cabedelo, Baía da Traição e João Pessoa, conforme informações contidas no site do IBAMA <http://www.ibama.gov.br/cepene>.

Além do abacaxi o Município tem outras produções de destaque, como a cana de açúcar e o mamão, conforme mostra abaixo Tabela 10 da produção agrícola do Município no ano de 2002.

Tabela 10 - Produção Agrícola – 2002

Produto	Quantidade	Valor da Prod.	%	Área Plantada	%
	Produzida	(Mil Reais)		(Hectares)	
Banana	486 ton	73,00	0,14	27	0,16
Coco-da-baía	5.100 Mil frutos	1.020,00	1,93	1.700	10,15
Mamão	10.800 ton	3.780,00	7,16	180	1,08
Manga	400 ton	56,00	0,11	20	0,12
Maracujá	60 ton	18,00	0,03	5	0,03
Pimenta-do-reino	2 ton	8,00	0,02	2	0,01
Abacaxi	73.500 frutos	29.400,00	55,66	2.450	14,63
Batata-dôce	100 ton	20,00	0,04	10	0,06
Cana-de-açúcar	600.000 ton	18.000,00	34,08	12.000	71,67
Mandioca	2.800 ton	448,00	0,85	350	2,09
Total		52.823,00	100,00	16.744	100,00

Fonte: IBGE

Turismo

O Município de Santa Rita, além de ser cortado por duas rodovias Federais (BR 230 e BR101) e uma estrada de ferro da Rede Ferroviária Federal é cortada também por vários rios, entre eles o Paraíba do Norte, o Miriri e Jacuípe, contando ainda com várias praias fluviais – Forte Velho, Ribeira e Livramento, elementos importantes para inclusão na rota turística do Estado da Paraíba.

2.4.9.1 Trilhas , Práticas de Trekking e opções de lazer

Santa Rita é procurada por suas trilhas e prática de trekking. São programas com quatro horas de duração num percurso de 6 Km passando por ravinas e terminando em um banho refrescante numa piscina formada por uma fonte de água natural, conhecida como RECANTO DO LAZER, onde existem toboáguas, área de pesca, cavalos, mini-campo de golfe, quadras esportivas, dentre outros atrativos. O acesso se dá pelo Km 44 da BR – 230 e no local há toda uma infra-estrutura de lanchonete e restaurantes. Na região já começa a ter início a exploração do AGRO TURISMO, segundo o site <http://www.folhadoturismo.com.br/destinos/paraiba.no3.htm>

As outras opções de lazer para os habitantes do Município de Santa Rita são: um estádio municipal, algumas áreas de lazer públicas, clubes particulares e algumas associações comunitárias.

2.4.9.2 Ecoturismo: Comunidades Primitivas

Lugares com aparência de natureza primitiva revestem-se de uma importância considerável na indústria do turismo, visto que o ritmo intenso da urbanização dos grandes centros, faz com que a sociedade

busque na natureza o lugar ideal para o lazer em feriados prolongados ou férias programadas.

Mais rico ainda se torna o ambiente primitivo, quando em sua volta vivem comunidades primitivas, rudimentares, sobrevivendo da pesca artesanal e agricultura de subsistência de vários frutos.

No Município de Santa Rita existem várias comunidades primitivas, convivendo com tipos folclóricos como o “tirador de coco”, conhecido pela sua agilidade e maneira de retirar a fruta, vivendo da pesca artesanal de peixes como a tainha, acarapeba, pescada e da captura artesanal de camarão, caranguejo, siris e moluscos – produção esta que aos poucos desaparece do cenário econômico tragada pelos grandes barcos pesqueiros motorizados nacionais e internacionais.

Os atrativos ecológicos do local onde vivem estas comunidades, podem favorecer o turismo-ecológico, proporcionando a inserção dos primitivos pescadores na atividade econômica-turística, melhorando as condições de vida destas populações, como a comunidade da Ribeira, localizada no Canal da Ribeira, na zona rural do Município, à margem do Estuário do Rio Paraíba, em frente às ilhas dos Stuart e das Andorinhas.

Nesta região vivem também as comunidades de Forte Velho e do Distrito de Nossa Senhora do Livramento com o mesmo processo primitivo de produção de pesca estuarina de mangue, baseada na coleta de mariscos.

2.4.9.3 Patrimônio Histórico

O patrimônio histórico da cidade é composto por igrejas seculares, engenhos e edificações que datam, algumas, dos primórdios da povoação, com inegável valor histórico-artístico-cultural distribuídas nas zonas urbana e rural.

Patrimônio Histórico da Várzea

Nas margens do Paraíba do Norte e seus pequenos afluentes no Município de Santa Rita, encontram-se dezesseis Capelas e Igrejas, formando um conjunto arquitetônico e histórico de invejável valor turístico. Este patrimônio encontra-se na zona rural em terras privadas, onde os proprietários na maioria das vezes não dispõem de recursos financeiros para conservá-lo, devido a grande crise pela qual passa o setor agro-pecuário.

Igreja e Ermida de Santana do Gargaú – Situada no antigo engenho Gargaú, construído por Ambrósio Fernandes Brandão, em 1614. O Imperador Pedro II em viagem pela Província da Paraíba fez uma refeição naquele engenho em 28 de dezembro de 1858. Atualmente do engenho restaram tijolos e alguma fundação, escondidos em meio do canavial. A Capela mantém-se em bom estado de conservação.



Capela de São Gonçalo do Engenho do Una



Capela de São Felipe

Fonte: Site <http://www.paraiba.org.br/paraiba/igrejas.htm> Data: 3 Setembro de 2005

Capela de São João Batista no Antigo Engenho São João – Construção de 1835, conforme inscrição de pedra calcária jogada ao chão. Possuía um átrio com um cruzeiro à frente. Atualmente os destroços misturaram-se com o mato e as paredes laterais que ainda estão de pé.

Capela de São Felipe – Pertencia ao Engenho São Tiago Maior, um dos mais antigos da Paraíba, movido a bois. Posteriormente incorporou o Patrimônio da Usina São João. Esta construção do início do século XIX está Desabando.



Capela Santana do Engenho Gargaú

Fonte: Site <http://www.paraiba.org.br/paraiba/igrejas.htm> Data: 3 Setembro de 2005

Capela de Santa Rita – situada na antiga Usina Santa Rita.

Capela de N. S. da Ajuda – situada na Usina Sant' Ana.

Capelinha de Santa Francisca - situada no Engenho Capelinha.

Capela de São Sebastião – situada no Engenho Tibiry.

Capela de São Bento – situada no Engenho do mesmo nome.

Capela do Engenho do Meio – situada no engenho do mesmo nome.

Todas estas capelas situadas na zona rural do Município de Santa Rita, juntamente com a igreja do Almagre (Cabedelo) e a Igreja do Engenho das Graças (Ilha do Bispo), a Torre de Atalaia, as Capelas da Batalha, do Socorro, do Engenho Maraú, do Desterro, de Santana, Nossa Sra. da Conceição e Santa Luzia (Cruz do Espírito Santo), formam um conjunto arquitetônico denominado de PATRIMÔNIO DA VÁRZEA, segundo o Site <http://www.paraiba.org.br/paraiba/igrejas.htm>.

Engenhos

O cenário deste patrimônio é rico em histórias retratadas em obras literárias de José Lins do Rego, José Américo de Almeida e outros

autores vivos como Adauto Ramos e Marcus Odilon Ribeiro Coutinho. Como destaque deste cenário podemos citar as **Ruínas do Engenho Tibiry**, o primeiro engenho construído na Paraíba, logo após a conquista em 1585 e pertencente à Coroa Portuguesa, estando situado próximo ao Riacho do mesmo nome.

Manifestações Culturais

As manifestações culturais de Santa Rita também são um atrativo turístico que, aos poucos, vem ganhando representatividade ao longo dos anos. Seu maior evento é a Festa da Padroeira na Praça da Matriz. Entretanto a cidade ainda carece de locais específicos para abrigar essas manifestações, como – teatros, centro cultural, museus, etc.

2.5 Uso e Ocupação do Solo

Para efeito de cadastro da Prefeitura, Santa Rita está dividida em setores:

Setor 1: Bairro Centro, compreendendo o loteamento Nice.

Os terrenos neste loteamento medem cerca de 12x30m e estão avaliados em cerca de R\$8.000,00.

Setor 2: Bairro das Populares ou Alto das Populares, compreendendo os loteamentos Jardim Planalto, Telêmaco Santiago e Santa Cruz. Os lotes medem cerca de 6x22m e valem cerca de R\$1.200,00.

Setor 3: Bairro do Açude, compreendendo os loteamentos Jardim Miritama e Cidade Fernando Santiago.

Os lotes medem cerca de 12x30m e valem cerca de R\$5.000,00 e medem cerca de 10x20m e valem mais ou menos R\$1.500,00 – loteamento Jardim Miritama.

Setor 4: Várzea Nova, compreendendo os loteamentos São Judas Tadeu, cujos lotes medem cerca de 10x20m e valem mais ou menos R\$1.000,00, Boa Vista cujos lotes medem cerca de 12x25m e valem cerca de R\$1.500,00, Bela Vista, Santo Amaro, Nova Trindade e Faixa Alegre área de indústria, cujo valor dos lotes aumenta para R\$3.500,00.

Setor 5: Bairro de Tibiri II e Tibiri III, compreendendo os loteamentos Jardim Europa II, Jardim Europa I, Portal de Santa Rita, Castro Pinto, Prixê Aeroporto, Paraíso Tropical, Planalto Tibiri I e II, Sol Nascente, Eitel Santiago I e II, Conjunto Tibiri II e III.

Todos os lotes do Setor 5 valem cerca de R\$1.500, e as medidas dos lotes são de 12x35m.

Os setores 6, 7, 8 e 9: compreendendo o Conjunto Tibiri II os lotes valem de R\$1.000,00 e o tamanho do lote é de 10x20m.

Fora do cadastro imobiliário, necessitando serem inseridos na planta da Área Urbana para usufruir das medidas institucionais previstas no Plano Diretor, encontram-se os distritos e bairros afastados: Lerolândia (situada a leste), Odilândia (situada a oeste), Conjunto Marcos Moura, Bebelândia, Aguiarlândia e Cicerolândia.

Nestes bairros, onde mora a população de baixa renda, todos os lotes foram doados aos seus atuais habitantes pela Prefeitura e medem cerca de 7x20.

Equipamentos Comunitários e Serviços Públicos

SAÚDE

Segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde, o Município de Santa Rita atualmente dispõe de 28 Postos de Programa de Saúde da Família – PSF, um Posto de Atendimento Municipal – PAM, dois Centros de Saúde – CS, um Centro de ZOONOSES, um Centro de Atendimento Especializado – SAE, um Hospital Infantil, um Hospital Maternidade, um Pronto Socorro de Trauma e uma Policlínica.

A Tabela 11 mostra de forma detalhada os serviços de saúde com os quais contava o Município em 2002.

Tabela 11- Serviços de saúde

Estabelecimentos de Saúde total - 2002	32
Estabelecimentos de Saúde públicos - 2002	23
Estabelecimentos de Saúde privados - 2002	9
Estabelecimentos de Saúde com internação - 2002	2
Estabelecimentos de Saúde com internação públicos - 2002	0
Estabelecimentos de Saúde com internação privados - 2002	2
Estabelecimentos de Saúde sem internação - 2002	28

Estabelecimentos de Saúde sem internação públicos - 2002	23
Estabelecimentos de Saúde sem internação privados - 2002	5
Estabelecimentos de Saúde de apoio à diagnose e terapia - 2002	2
Estabelecimentos de Saúde de apoio à diagnose e terapia públicos - 2002	0
Estabelecimentos de Saúde de apoio à diagnose e terapia privados - 2002	2
Estabelecimentos de Saúde com plano de saúde próprio - 2002	0
Estabelecimentos de Saúde prestando serviços a plano de saúde de terceiros - 2002	8
Estabelecimentos de Saúde com atendimento particular - 2002	9
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviços ao SUS - 2002	29
Postos de trabalho de nível superior - 2002	256
Postos de trabalho de médicos - 2002	153
Postos de trabalho de enfermeiros - 2002	47
Postos de trabalho de odontólogos - 2002	28
Postos de trabalho de nível técnico/auxiliar - 2002	151
Postos de trabalho de auxiliar de enfermagem - 2002	88
Postos de trabalho de técnicos de enfermagem - 2002	12
Leitos - 2002	296
Leitos disponíveis ao SUS - 2002	290
Internações no ano de 2001 - 2002	10.960
Equipamentos de diagnóstico através de imagem - 2002	12
Equipamentos de infra-estrutura - 2002	6
Equipamentos por métodos óticos - 2002	4
Equipamentos por métodos gráficos - 2002	7
Equipamentos para terapia por radiação - 2002	0
Equipamentos para manutenção da vida - 2002	42
Mamógrafos com comando simples - 2002	1
Mamógrafos com estereotaxia - 2002	0
Tomógrafos - 2002	0
Eletrcardiógrafos - 2002	7
Ultra-som doppler colorido - 2002	0
Ultra-som ecógrafo - 2002	3
Eletrencefalógrafos - 2002	0
Equipamentos de hemodiálise - 2002	0
Raio X para densitometria óssea - 2002	1
Raio X até 100mA existentes - 2002	4
Raio X de 100 a 500mA - 2002	1
Raio X mais de 500mA - 2002	1
Equipo odontológicos - 2002	17
Grupo de geradores - 2002	2

Fonte: IBGE

EDUCAÇÃO

Com relação à estrutura de ensino, o município contava no ano de 2002 com 69 estabelecimentos (Tabela 12) e 2708 alunos matriculados no ensino pré-escolar (Tabela 16). Contava ainda com 30 estabelecimentos de alfabetização - e 585 alunos matriculados (Tabela 17); com 99 estabelecimentos de ensino fundamental - Tabela 14 e 29 366 alunos matriculados (Tabela 18); com 10 estabelecimentos de ensino médio (Tabela 15) e 3955 alunos matriculados - Tabela 19.

Tabela 12 Estabelecimento de ensino-pré-escolar

Ano	Dependência Administrativa				
	Estadual	Federal	Municipal	Particular	Total
1992	4	-	34	16	54
1993	15	-	56	24	95
1994	13	-	60	26	99
1995	14	-	61	21	96

1996	5	-	37	20	62
1997	5	-	44	20	69
1998	7	-	11	17	35
1999	7	-	18	15	40
2000	4	-	16	14	34
2001	3	-	38	24	65
2002	3	-	36	30	69

Fonte: IDEME

Tabela 13 - Estabelecimento de ensino – alfabetização

	Dependência Administrativa				
	Estadual	Federal	Municipal	Particular	Total
1992	16	-	49	6	81
1993	15	-	56	24	95
1994	-	-	-	-	-
1995	-	-	-	-	-
1996	14	-	50	20	84
1997	10	-	51	21	82
1998	-	-	21	17	38
1999	-	-	-	13	13
2000	-	-	6	14	20
2001	-	-	-	23	23
2002	-	-	-	30	30

Fonte: IDEME

Tabela 14 - Estabelecimentos de ensino - ensino fundamental

	Dependência Administrativa				
	Estadual	Federal	Municipal	Particular	Total
1992	19	-	58	20	97
1993	20	-	58	21	99
1994	20	-	55	24	99
1995	20	-	56	21	97
1996	20	1	55	22	97
1997	19	-	63	25	107
1998	17	-	52	18	87
1999	16	-	52	16	84
2000	17	-	52	15	84
2001	18	-	51	23	92
2002	17	-	52	30	99

Fonte: IDEME

Tabela 15 - Estabelecimentos de ensino - ensino médio

Ano	Dependência Administrativa				
	Estadual	Federal	Municipal	Particular	Total
1992	3	-	1	1	5
1993	4	-	1	2	7
1994	4	-	1	2	7
1995	8	-	2	1	11
1996	8	-	2	1	11
1997	8	-	2	3	13
1998	8	-	2	3	13
1999	3	-	1	4	8
2000	5	-	1	4	10
2001	7	-	-	4	11
2002	6	-	-	4	10

Fonte: IDEME

Tabela 16 – Número de alunos matriculados - pré-escola

Ano	Dependência Administrativa				
	Estadual	Federal	Municipal	Particular	Total
1992	192	-	1,701	840	2,733
1993	-	-	-	-	2,762
1994	990	-	3,380	1,299	5,669
1995	1,048	-	3,984	1,405	6,437
1996	273	-	1,497	664	2,434
1997	264	-	1,275	638	2,177
1998	458	-	758	376	1,592
1999	318	-	781	411	1,510
2000	248	-	710	319	1,277
2001	166	-	1,568	819	2,553
2002	124	-	1,543	1,041	2,708

Fonte: IDEME

Tabela 17- Números de alunos matriculados – alfabetização

Ano	Dependência Administrativa				
	Estadual	Federal	Municipal	Particular	Total
1992	908	-	2,019	829	3,756
1993	766	-	2,204	679	3,649
1994	-	-	-	-	-
1995	-	-	-	-	-
1996	711	-	2,100	472	3,283
1997	257	-	1,548	438	2,243
1998	-	-	769	272	1,041
1999	-	-	-	209	209
2000	-	-	108	240	348
2001	-	-	-	476	476
2002	-	-	-	585	585

Fonte: IDEME

Tabela 18- Número de alunos matriculados - ensino fundamental

Ano	Dependência Administrativa				
	Estadual	Federal	Municipal	Particular	Total
1992	8,361	-	10,420	3,121	21,902
1993	8,996	-	9,832	3,057	21,885
1994	9,455	-	9,591	3,062	22,098
1995	9,662	-	9,685	3,433	22,780
1996	9,926	15	8,235	3,940	22,116
1997	10,526	-	11,575	3,406	25,507
1998	10,705	-	14,246	2,579	27,530
1999	9,517	-	16,299	2,011	27,827
2000	9,848	-	16,347	1,714	27,910
2001	9,000	-	17,707	2,476	29,183
2002	8,520	-	17,980	2,866	29,366

Fonte: IDEME

Tabela 19- Número de alunos matriculados - ensino médio

Ano	Dependência Administrativa				
	Estadual	Federal	Municipal	Particular	Total
1992	899	-	1,027	63	1,989
1993	1,144	-	1,029	39	2,212
1994	1,626	-	677	45	2,348
1995	1,573	-	500	17	2,090
1996	1,646	-	536	27	2,209
1997	1,687	-	655	59	2,401
1998	1,974	-	580	94	2,648
1999	2,197	-	313	233	2,743
2000	3,029	-	135	291	3,455
2001	3,332	-	-	321	3,653
2002	3,599	-	-	356	3,955

Fonte: IDEME

Tabela 20 - Média de hora - aula diária - pré-escola

Descrição	Santa Rita		Paraíba		Nordeste		Brasil	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Estadual	4.3	4.4	4.6	4.7	4.3	4.5	4.4	4.4
Federal	-	-	4.0	4.0	4.0	3.6	6.1	6.0
Municipal	6.5	4.7	4.6	4.5	4.1	4.1	4.4	4.4
Particular	4.1	4.0	4.1	4.1	4.1	4.1	4.6	4.7

Fonte: INEP

Tabela 21- Média de hora - aula diária - alfabetização

Descrição	Santa Rita		Paraíba		Nordeste		Brasil	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Estadual	-	-	-	4.7	4.3	4.5	4.4	4.4
Federal	-	-	4.0	4.0	4.0	3.6	6.1	6.0
Municipal	-	-	4.6	4.5	4.1	4.1	4.4	4.4
Particular	4.1	4.1	4.1	4.1	4.1	4.1	4.6	4.7

Fonte: INEP

Tabela 22- Média de hora - aula diária - ensino fundamental

Descrição	Santa Rita		Paraíba		Nordeste		Brasil	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Estadual	4.4	4.2	4.4	4.3	4.1	4.1	4.4	4.5
Federal	-	-	-	-	5.6	5.7	5.1	5.2
Municipal	4.0	4.0	4.1	4.1	4.0	4.0	4.2	4.2
Particular	4.3	4.2	4.3	4.4	4.3	4.3	4.5	4.5

Fonte: INEP

Tabela 23- Média de hora- aula diária - ensino médio

Descrição	Santa Rita		Paraíba		Nordeste		Brasil	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Estadual	4.1	4.1	4.2	4.2	3.9	4.0	4.3	4.3
Federal	-	-	4.4	4.3	4.8	5.1	5.0	5.1
Municipal	-	-	4.2	4.1	3.9	3.9	4.0	4.0
Particular	5.1	4.9	4.9	4.9	4.7	4.7	4.9	5.0

Fonte: INEP

Tabela 24 - Taxa de rendimento escolar - 2001 - ensino fundamental %

Descrição	Santa Rita			Paraíba			Nordeste			Brasil		
	Apr.	Repr.	Evas.	Apr.	Repr.	Evas.	Apr.	Repr.	Evas.	Apr.	Repr.	Evas.
Estadual	69.1	11.0	19.9	71.2	13.1	15.7	68.7	13.4	17.9	79.6	10.1	10.3
Federal	-	-	-	-	-	-	87.1	11.3	1.6	92.3	7.3	0.4
Municipal	59.7	16.4	23.9	67.0	17.2	15.8	69.7	16.0	14.3	76.2	13.2	10.6
Particular	92.3	5.1	2.6	95.1	3.7	1.2	93.8	4.5	1.7	95.7	3.3	1.0

Fonte: INEP

Tabela 25- Taxa de rendimento escolar - 2001 - ensino médio %

Descrição	Santa Rita			Paraíba			Nordeste			Brasil		
	Apr.	Repr.	Evas.	Apr.	Repr.	Evas.	Apr.	Repr.	Evas.	Apr.	Repr.	Evas.
Estadual	61.1	9.5	29.4	71.3	7.5	21.2	73.3	6.8	19.9	74.5	8.5	17.0
Federal	-	-	-	91.5	3.9	4.6	80.0	12.5	7.5	79.7	9.5	10.8
Municipal	91.6	4.2	4.2	77.0	5.2	17.8	78.0	5.8	16.2	78.9	6.2	14.9
Particular	79.5	10.0	10.5	92.6	4.2	3.2	90.1	5.6	4.3	92.0	5.1	2.9

Fonte: INEP

Entre os equipamentos do sistema financeiro, o município contava com 3 agências bancárias no ano de 1998, segundo informações do Anuário Estatístico da Paraíba, 1999 – Tomo II.

Habitações e Aglomerados Sub-normais

Em 2000 a população urbana total somava 1 123 94 habitantes, dos quais 36.098 viviam em habitação sub-normais. De 1996 para 2000, a população Urbana residente aumentou 6,4%, enquanto a população sub-normal aumentou na mesma proporção. Em 2000, a população sub-normal era de 36 098 habitantes e representava 32,11% da população total. A Tabela 26, **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, e a Tabela 28 **retratam a situação** dos domicílios sub-normais na aglomeração urbana de João Pessoa, onde se inclui o município de Santa Rita.

Tabela 26 Total de domicílios dos aglomerados sub-normais com relação ao total de domicílios municipais - 2002

Município	Total de domicílios	Total de domicílios subnormais	% de domicílios subnormais
Total	249,719	43,963	17.6
João Pessoa	177,177	24,735	13.96
Cabedelo	16,228	2,973	18.32
Bayeux	23,960	7,136	29.78
Santa Rita	32,354	9,119	28.19

Fonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social - Fundação de Ação Comunitária – FAC

Tabela 27 Total de domicílios por aglomerado subnormal – 2002

Nome do aglomerado	Número de domicílios
Santa Rita	9,119
Nova Esperança	915
Boa Vista	868
Jardim Carolina	865
Lerolândia	758
Flaviano Ribeiro	641
Macaíba	625
Livramento	601
Odilândia/Futuro	591
Aguiarlândia	549
Santa Cruz/Bela Vista	488
Nova Trindade II	314
Bebelândia/Gargaú	291
Forte Velho	279
Rua do Rio	195
Santo Amaro	170
Loteamento Colibris/Colibris	165
Sr. Quino	137
Cicerolândia	135

Pista/Nova Pista/Pista Nova	135
Ribeira	133
Comunidade Francisca Linhares	75
Vila Rica, Projetada ou Rua da Jaqueira	59
Aderbal Soares	53
Comunidade da Cehap	45
Tambauzinho	32

Fonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social - Fundação de Ação Comunitária - FAC

Tabela 28 Distribuição dos aglomerados por bairro – 2002

Bairro	Aglomerado
Aguirlândia	Aguirlândia
Alto da Boa Vista	Comunidade Franciscana Linhares
Alto das Populares	Aderbal Soares Colégio José Mariz Nova Esperança Vila Rica, Projetada ou Rua da Jaqueira
Bairro do Açude	Macaíba
Centro	Rua do Rio
Cicerolândia	Cicerolândia
Forte Velho	Forte Velho
Lerolândia	Lerolândia

Livramento	Livramento
Marcos Moura	Comunidade da Cheap Flaviano Ribeiro Jardim Carolina Loteamento Colibris/Colibris
Nova Trindade II	Nova Trindade II
Odilândia/Futuro	Odilândia/Futuro
Ribeira	Ribeira
Santa Cruz/Bela Vista	Santa Cruz/Bela Vista
Tambauzinho	Tambauzinho
Várza Nova	Boa Vista Pista/Nova Pista/Pista Nova Santo Amaro
	SR.Quino

FONTE: IBGE

Anexos

Anexo I - 1º Mini - seminário

A conceituação do Plano Diretor

Anexo II - 2º Mini - seminário

A legislação federal que regulamenta o Plano Diretor

Anexo III - 3º Mini - seminário

***Procedimentos a serem adotados para mapeamento
da situação do Município***

3º Mini- seminário

No dia 02/06/2005 a equipe de Consultoria distribuiu com os vários setores da Prefeitura Municipal de Santa Rita listados a seguir, várias cópias do MAPA DO MUNICÍPIO acompanhado da lista das contribuições possíveis de cada Secretaria à 1ª Etapa do Plano Diretor.

SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA

ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO

PROCURADORIA

SECRETARIAS:

1. Secretaria de Agricultura
2. Secretaria do Bem-estar Social e Ação Comunitária
3. Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo
4. Secretaria de Educação
5. Secretaria de Saúde e Meio Ambiente
6. Secretaria de Indústria e Comércio
7. Secretaria de Infra-estrutura
8. Secretaria de Finanças e Planejamento
9. Secretaria de Comunicação Social

CONTRIBUIÇÃO POSSÍVEL DE CADA SECRETARIA AO PLANO DIRETOR

Geral:

Disponibilização de um funcionário com o compromisso de acompanhar e colaborar com as atividades do PLANO DIRETOR podendo participar das reuniões e auxiliar na coleta de dados relativos à sua secretaria de origem.

Específico:

De acordo com os mapas temáticos que deverão ser produzidos, a cada secretaria foram solicitados os dados específicos para auxiliar na elaboração.

1. Secretaria de Agricultura:

Deverá indicar no mapa da cidade a localização das respectivas atividades agropecuárias da zona rural do município

2. Secretaria do Bem-estar Social e Ação Comunitária

Deverá listar as principais atividades da secretaria, as políticas assistencialistas do município e a quantidade de pessoas que vem sendo assistidas pelas mesmas.

3. Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo:

Deverá indicar no mapa do município a localização dos monumentos históricos, dos pontos de interesse turísticos – os que já se encontram em atividade e aqueles cujo potencial ainda não foi explorado.

Deverá listar as atividades culturais do município.

4. Secretaria de Educação:

Deverá fornecer lista da quantidade e localização das escolas do município.

Deverá listar os projetos existentes na área de educação, juntamente com as necessidades do setor.

5. .Secretaria de Saúde e Meio Ambiente:

Deverá indicar no mapa todos os postos de saúde – PSFs, hospitais do município e demais equipamentos de saúde.

Deverá listar as principais necessidades do setor.

Deverá indicar no mapa as áreas de preservação ambiental e aquelas de maior risco de degradação.

6. Secretaria de Indústria e Comércio:

Deverá fornecer lista dos estabelecimentos comerciais, industriais do município e prestadores de serviço, indicando-os no mapa se possível

Secretaria de Finanças e Planejamento

Deverá fornecer plantas da cidade, legislação urbana², dados sobre a arrecadação municipal, valores do IPTU, etc.

1. Secretaria de Infra-estrutura

Deverá indicar a hierarquização viária vigente e seu respectivo estado de pavimentação.

Lista das empresas de transporte coletivo – ônibus – com seus respectivos contratos de concessão.

7. Secretaria de Comunicação Social:

Deverá divulgar junto à população o processo de elaboração do PLANO DIRETOR, convocando a população a participar da elaboração do Plano Diretor nas datas pré-estabelecidas.

Deverá manter contato direto com os líderes comunitários para fornecer informações e receber as reivindicações da população em relação ao PLANO.

LISTA DOS MAPAS TEMÁTICOS SOLICITADOS

Os mapas obrigatórios vinculados a lei do Plano Diretor encontram-se listados no sub-item intitulado Produtos da Quarta etapa.

O mapeamento listado a seguir, dependendo da sua forma de apresentação e instrumentos utilizados na sua elaboração, podem apresentar um custo financeiro, que extrapola as verbas destinadas para o Plano Diretor, razão pela qual por ocasião de sua solicitação, foi entregue a cada secretaria uma cópia xerografada da única planta encontrada - zona urbana do Município datada de 1998 e solicitado que as indicações dos equipamentos e outros pontos de interesse fossem feitos manualmente, já que não dispunham de outros meios de representá-los.

1. Mapa de levantamento infraestrutural do município

Este mapa deverá conter todo o levantamento das áreas servidas de abastecimento d'água, esgotamento sanitário e energia elétrica.

Objetivo: Detectar as áreas que poderão obter financiamentos para a implantação de infra-estrutura e as áreas onde possam ser

² Detectada a existência até agora da Lei Orgânica do Município.

empregados os instrumentos de políticas públicas previstos no **Estatuto da Cidade**.

2. Mapa do levantamento dos terrenos vazios: particulares e públicos

Este mapa deverá apresentar as áreas desocupadas ou improdutivas, disponíveis para futuras ocupações.

Objetivo: Estabelecer os instrumentos de políticas urbanas constante do Estatuto da Cidade .

3. Mapa com os valores imobiliários dos terrenos da cidade

O mapa deverá conter os valores de mercado dos imóveis da cidade e o mapeamento do IPTU. Contatos com corretores e o Setor de Cadastro devem ser providenciados.

Objetivo: Prever os vetores de crescimentos da cidade, e a compatibilidade das políticas urbanas com a avaliação imobiliária.

4. Mapa da distribuição de renda da população

Verificar a relação existente entre a área da habitação e a renda familiar. **Objetivo:** Auxiliar nas diretrizes das políticas habitacionais a serem propostas.

5. Mapa do nível de escolaridade da população

Este mapa deverá conter o levantamento e a distribuição das escolas municipais, estaduais e particulares do município, com seus respectivos raios de influência – comparar com os dados do IBGE.

Objetivo: Prever reservas de áreas para implantação de escolas nos próximos 10 anos.

6. Mapa da divisão da cidade por bairros, com sua respectiva densidade populacional

Este mapa deverá conter os bairros e os loteamentos, bem como a distinção da zona urbana e da zona rural.

Objetivo: Estabelecimento dos instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade.

7. Mapa com zoneamento das favelas

Este mapa deverá apresentar as áreas de ocupação informal, os terrenos invadidos, etc.

Objetivo: Definição das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS

8. Mapa da rede de ensino e das creches do município

O mapa deverá conter a localização de todas as unidades de ensino do município – unidades particulares, municipais e estaduais – juntamente com seus raios de abrangência. Também deverá conter a localização das creches.

Objetivo: Avaliar a distribuição do ensino na cidade e a população que está sendo atendida. Prever novas implantações nos próximos 10 anos e reivindicar mais recursos para o setor.

9. Mapa da rede de saúde do município

O mapa deverá conter informações que apresente a distribuição dos postos de saúde - unidades de PSFs, hospitais, etc.

Objetivo: Verificar o funcionamento da rede e prever futuras instalações. Estabelecer políticas que venham atrair mais recursos para o setor.

10. Mapa da rede de transportes e do sistema viário da cidade

O mapa deverá conter os percursos da rede de transporte coletivo existente – ônibus e trem ; as vias pavimentadas e que possuem drenagem.

Objetivo: Prever propostas de melhoramento dos meios de transportes e da acessibilidade da população – melhoramento do trem, implantação de ciclovias, passagens de pedestres, etc. Estabelecer a hierarquização viária. Pleitear recursos federais para pavimentação e drenagem das principais vias e planejar o uso dos recursos financeiros municipais para este setor.

11. Mapa das áreas públicas de lazer

O mapa deverá apresentar as áreas de lazer da cidade : as praças, os campos de futebol, os estádios e outras áreas de atividades esportivas e recreativas.

Objetivo: Avaliar a necessidade de implantação de novas áreas no futuro de 10 anos – âmbito do Plano Diretor.

12. Mapa das áreas de preservação ambiental

O mapa deverá delimitar as áreas de preservação e proteção permanente e as áreas impróprias a ocupação urbana.

Objetivo: cumprir as leis federais e estaduais.

13. Mapa de monumentos e sítios importantes

O mapa deverá delimitar os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, artístico, paisagístico, arqueológico, paleontológico e científico: localização das unidades de conservação, das igrejas, usinas, casarões, etc.

Objetivo: Estabelecer a preservação desses monumentos, de acordo com os dispositivos legais disponíveis. Divulgá-los , incentivando os investimentos em turismo.

14. Mapa das atividades comerciais e industriais

O mapa deverá conter a localização de todos os estabelecimentos comerciais e industriais da cidade.

Objetivo: Delimitar as atividades potencialmente poluidoras.

Anexo IV - 4º Mini - seminário

Os indicadores sócios - econômicos

***Anexo V - Secretarias e funções ligadas ao
Planejamento -***

Lei municipal 956 de 30/12/99

Secretarias e funções ligadas ao Planejamento

PREFEITO – COMPETÊNCIAS

- Aprovação de loteamento.
- Concessão de exploração de serviços públicos ou de utilidade pública.
- Decretação de desapropriação e instituição de servidões administrativas.
- Aquisição de bens imóveis por venda ou permuta, depois de autorizada pela Câmara.

SECRETARIA DE CHEFIA DE GABINETE E ADMINISTRAÇÃO INTEGRADA

Art.9

- VII – Manter atualizados dados estatísticos do Município.
- XV – O tombamento, registro, inventário, a proteção e conservação dos bens móveis e imóveis.
- XXIII – Administrar o serviço de trânsito em coordenação com os órgãos de Estado.

ASSESSORIA JURÍDICA

- Elaborar minuta de contratos e outros atos jurídicos
- Orientar e sugerir ao Prefeito quando da Redação do Projeto de lei, justificativas, vetos, decretos, regulamentos, contratos, convênios ou acordos e outros documentos de natureza jurídica.
- Manter atualizados a coletânea de leis Municipais, bem como a Legislação Federal e Estadual de interesse do Município.

SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Art 12

- I - Elaborar o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias, proposta orçamentária anual, anexos fiscais, segundo as diretrizes adotadas pelo chefe do executivo;

- IX- Promover e assegurar o Regime de Administração Planejada do Município, avaliação, controle de execução dos Planos, Programas e Projetos governamentais, apropriação de custos, obras.

SECRETARIA ADJUNTA DE CULTURA, DESPORTO E TURISMO

Art 14

- XII – Organizar, manter e supervisionar o teatro Municipal.
- XIII – Organizar manter e supervisionar as bibliotecas Municipais
- XI - Executar planos e programas de fonte de turismo.

SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL

Art 15 - À Secretaria do Bem Estar Social e Ação Comunitária compete desenvolver atividades relacionadas com:

- I – Serviços Sociais e assistenciais aos carentes com desenvolvimento comunitário a cargo do Município.
- III – Integração de mão-de-obra especializada com mercado de trabalho local.

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

Art 16

- II – Executar atividades concernentes à elaboração de projetos de obras públicas municipais e dos respectivos orçamentos,
- III – Promover a Construção, pavimentação e conservação de estradas, caminhos municipais e vias urbanas.
- IV – Promover a execução de trabalhos topográficos.
- V – Manter atualizada a planta cadastral do Município.
- VI – Fiscalizar o cumprimento de normas referentes às construções particulares.
- VII – Fiscalizar o cumprimento de normas referentes ao zoneamento e loteamento.
- VIII – Fiscalizar cumprimento de normas referentes à postura municipal.

- IX – Promover a construção de parques, praças, jardins públicos, tendo em vista a estética urbana e a preservação do ambiente natural.
- XI – Promover a construção, ampliação ou remodelação do sistema público de abastecimento de água potável e esgoto sanitário.
- XV – Concessão de licença para a construção de obras públicas e particulares.

SECRETARIA DE AGRICULTURA

Art 17

- À Secretaria de Agricultura compete:
 - I – Incrementar o incentivo agrícola no âmbito Municipal do cultivo da cana-de-açúcar, abacaxi e de outros produtos, considerados próprios do nosso solo.
 - II – Incentivar a mão-de-obra nos setores agrícolas.

SECRETARIA DE SAÚDE, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

Art 18

- XIII – Participar de formação da política e da execução das ações de saneamento básico.
- XI – Colaborar na proteção do meio Ambiente.
- IV – Administrar as unidades de saúde existentes no Município integrando-as conforme a política do Sistema Único de Saúde (SUS), a uma rede de serviços regionalizada e hierarquizada com os seguintes princípios e doutrinas:
 - Descentralização – redistribuição das responsabilidades de ações e serviços.
 - Universalidade – todos têm direito de atenção à saúde.
 - Integralidade – priorização das ações preventivas, sem prejuízo das assistenciais.
 - Equipe – todo o cidadão é igual perante o SUS.
 - Resolubilidade – capacidade do serviço para enfrentar e resolver um problema individual ou coletivo no nível de sua competência;

- Controle social – participação efetiva da comunidade.
- XV – Promover atividades de combate a poluição dos Cursos de Água do Município.

→ SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO

Art 19 – Compete à Secretaria de Industria e Comércio;

- Incentivar a mão-de-obra nos setores agrícolas, comerciais e industriais.
- II – Investir na ampliação do nosso parque industrial.
- III – Administrar os Mercados.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art 20 - A Secretaria de Comunicação Social tem por objetivo a divulgação de matérias de interesse da Administração em geral.

Anexo VI Mapa da Zona Urbana

Anexo VII - Cronogramas de Execução

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

EXECUTORES: ENTIDADE CONTRATADA E PREFEITURA

2ª ETAPA: LEITURA DA REALIDADE

PRAZO DE EXECUÇÃO: 45 DIAS APÓS A ORDEM DE SERVIÇO

IT	ATIVIDADES	PERIODO *	RESPONSÁVEL	REGIME HORAS	PRODUTOS	CUSTOS
1	1º Seminário de lançamento do Plano Diretor com a participação da Sociedade Civil Organizada** e das Equipes Técnicas da Entidade e da PMSR	2ª quinzena	Coordenador da Área Econômico-Social		Relatório analisando as questões debatidas com atas e fotos das reuniões	
2	Levantamento de dados e informações técnicas relacionados com os condicionantes e potencialidades Físico-Ambientais da Estrutura e da situação Fundiária da População (caracterização e distribuição), da Evolução Imobiliária e do Patrimônio, para possibilitar consulta.	1ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de Infra-Estrutura e Meio Ambiente		Mapas dos bairros das zonas urbana e rural e sistematização dos dados levantados através dos mapas ou tabelas	
3	2º Seminário de Capacitação de Gestores e Planejadores Municipais e participação da Sociedade Civil Organizada	2ª quinzena	Sub-Coordenador da Área Econômico-Social		Capacitação com direito a certificado e plano do programa de capacitação	
4	Análise das questões debatidas nas reuniões comunitárias;	2ª quinzena	Sub-Coordenador da Área Econômico-Social		Relatórios	
5	3º Seminário de Capacitação e Mobilização Social	3ª quinzena	Sub-Coordenador da Área Econômico-Social		Capacitação com direito a certificado e plano do programa de capacitação	
6	Estudos da tendência de expansão urbana, avaliados segundo as transformações de configuração, uso e ocupação do solo, caracterização da população, atividades econômicas e tendências de desenvolvimento do Município	4ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Infra-Estrutura e Uso do Solo.		Relatórios e mapas esquemáticos	
7	4º Seminário de Capacitação e Mobilização Social	4ª quinzena	Sub-Coordenador da Área Econômico-Social		Capacitação com direito a certificado e plano do programa de capacitação	
8	Levantamento de informações e análise das questões debatidas nas reuniões	4ª quinzena	Coordenador e Sub-Coordenadores		Relatório com análise das questões debatidas	
Repasse Total (a) R\$ 66. 300, 07						
Contrapartida total (b) R\$ 4. 972., 50						
Total (a +b) R\$ 71,272.57						

Contrapartida - 7.50%

* As quinzenas serão contadas a partir da data de assinatura do contrato

** ONG's, Câmara de Vereadores, Entidades Representativas da Sociedade Civil Organizada (Escolas, Igrejas, Hospitais, Entidades de Classe, Associações de Bairro, Entidades Empresariais, Ministério Público, Conselhos Municipais), etc.

***A ser preenchido pela entidade proponente de acordo com o tempo necessário para a elaboração das tarefas.

Nota:

Todos os relatórios e mapas apresentados deverão conter a assinatura do responsável - Sub- Coordenador (Licitante) da Área respectiva e ainda a assinatura do Coordenador Geral da Licitante e a aprovação do Coordenador Geral do Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Santa Rita

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

EXECUTORES : ENTIDADE CONTRATADA E PREFEITURA

3ª ETAPA: SELEÇÃO E PACTUAÇÃO DE TEMAS PRIORITÁRIOS

PRAZO DE EXECUÇÃO: 45 DIAS APÓS A ORDEM DE SERVIÇO

IT	ATIVIDADES	PERÍODO	RESPONSÁVEL	REGIME HORAS	PRODUTOS	CUSTOS R\$ 1.00
1	1ª reunião com diferentes segmentos da Sociedade Civil e Setores Governamentais para discussão do resultado da Leitura da Realidade do Município e proposições de temas prioritários, propostas, estratégias e instrumentos para viabilização do Plano Diretor Participativo	1ª quinzena	Sub-Coordenador da Área Social e Econômica		Relatório da reunião com suas respectivas propostas	
2	Definição dos Instrumentos de Política Urbana dentre os quais devem estar contemplados os Instrumentos de Política de Circulação, Transporte e Tráfego com a inclusão das questões relacionadas a: Acessibilidade e Mobilidade sustentável de todos os cidadãos por meio do Desenho dos Espaços Públicos e do Sistema Viário Básico, melhoria e qualidade das calçadas para as perfeitas condições de trânsito de todos os pedestres	2ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de Infra-Estrutura		Diretrizes para um tema específico	
3	2ª reunião com diferentes segmentos da Sociedade Civil e Setores Governamentais para discussão do resultado da Leitura da Realidade do Município e proposições de temas prioritários, propostas, estratégias e instrumentos para viabilização do PD	2ª quinzena	Sub-Coordenador da Área Social e Econômica		Relatório da reunião com suas respectivas propostas	
4	Definição dos Projetos Prioritários.	3ª quinzena	Coordenador Geral		Relação dos projetos definidos como prioritários e das fontes de recursos para sua implantação	
5	3ª reunião com diferentes segmentos da Sociedade Civil e Setores Governamentais para discussão do resultado da Leitura da Realidade do Município e proposições de temas prioritários, propostas, estratégias e instrumentos para viabilização do Plano Diretor Participativo	3ª quinzena	Sub-Coordenador da Área Social e Econômica		Relatório da reunião com suas respectivas propostas	
6	Delimitação das áreas sujeitas a operações urbanas consorciadas com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental;	3ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de Infra-Estrutura		Mapas com delimitação das áreas sujeitas a operações consorciadas	
7	Seminário para exposição, reivindicações e debates	4ª quinzena	Coordenador Geral		Relatório com fotos e atas	
8	Elaboração de mapas	1ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de Infra-Estrutura		Mapa urbano com a localização dos bairros	
9	Elaboração de mapas	1ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de Infra-Estrutura		Mapa com os distritos da zona rural com seus respectivos sítios	
10	Elaboração de mapas	1ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de Infra-Estrutura		Mapa de todos os estabelecimentos de ensino, de cultura e creches do município	
11	Elaboração de mapas	1ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de IE		Mapa com os estabelecimentos de saúde	
12	Elaboração de mapas	1ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de IE		Mapa das rotas de ônibus de Santa Rita e percurso do trem	
13	Elaboração de mapas	1ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de Infra-Estrutura		Mapa com malha hídrica indicando mananciais de abastecimento	

14	Elaboração de mapas	1ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de Infra-Estrutura		Mapa de localização das áreas de preservação ambiental, barreiras naturais e do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico	
15	Elaboração de mapas	1ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de Infra-Estrutura		Mapa de uso do solo atual ³ da zona urbana com indicação das atividades econômicas, comerciais, industriais e de serviço	
16	Elaboração de mapas	1ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de Infra-Estrutura		Mapa com a demarcação dos assentamentos irregulares ocupados por população de baixa renda	
17	Elaboração de mapas	1ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de Infra-Estrutura		Mapa da CAGEPA contendo a localização da rede de esgoto e prováveis locais de implantação de ETE com Distrito industrial e o destino dos esgotos sanitários do mesmo	
18	Elaboração de mapas	1ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de Infra-Estrutura		Mapa definindo sistema de coleta e disposição de resíduos sólidos : aterro sanitário metropolitano e o aterro desativado que deve estar dentro da área do município	
19	Elaboração de mapas	1ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de Infra-Estrutura		Mapa da zona urbana contendo a localização das áreas servidas por iluminação domiciliar	
20	Elaboração de mapas	1ª quinzena	Sub-Coordenadores das Áreas de Uso do Solo e de Infra-Estrutura		Mapa com a delimitação das áreas sujeitas à outorga onerosa do direito de construir	
Repasse Total (a)		R\$ 41.438,65				
Contrapartida total (b)		R\$ 3. 107, 90				
Total (a +b)		R\$ 44. 546,55				

Contrapartida - 7.50%

Nota:

Todos os relatórios e mapas apresentados deverão conter a assinatura do responsável - Sub- Coordenador (Licitante) da Área respectiva e ainda a assinatura do Coordenador Geral da Licitante e a aprovação do Coordenador Geral do Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Santa Rita

³ O mapa de uso do solo atual poderá ser elaborado com a inclusão das atividades industriais, comerciais e serviço listadas pela Secretaria de Indústria e Comércio .

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

EXECUTORES : ENTIDADE CONTRATADA E PREFEITURA

4ª ETAPA: PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR

PRAZO DE EXECUÇÃO: 15 DIAS APÓS A ORDEM DE SERVIÇO

IT	ATIVIDADES	PERÍODO	RESPONSÁVEL	REGIME HORAS	PRODUTOS	CUSTOS
1	Proposta de Ordenamento do Uso e Ocupação do Território Municipal;	1ª quinzena	Sub-Coordenador Econômico-Social com apoio de Consultor Jurídico		Relatório concluído	
2	Estabelecimento de Diretrizes para as Ações Prioritárias;	1ª quinzena	Sub-Coordenador Econômico-Social com apoio de Consultor Jurídico		Diretrizes concluídas	
3	Indicação de prazo para revisão do Plano Diretor;	1ª quinzena	Sub-Coordenador Econômico-Social com apoio de Consultor Jurídico		Diretrizes concluídas	
4	1ª reunião de Secretarias representantes dos Conselhos Municipais, planejadores e lideranças comunitárias	1ª quinzena	Sub-Coordenador Econômico-Social com apoio de Consultor Jurídico		Discussão do Projeto de lei	
5	Estudos para implantação das seguintes legislações: <ul style="list-style-type: none">Lei Complementar delimitando área para aplicação de Operações Consorciadas;Lei Complementar para regulamentação da transferência do direito de construir art 35 do Estatuto da Cidade.	1ª quinzena	Sub-Coordenador Econômico-Social com apoio de Consultor Jurídico		Diretrizes concluídas	
6	Sistema de Planejamento	1ª quinzena	Sub-Coordenador Econômico-Social com apoio de Consultor Jurídico		Diretrizes para implementação do Sistema de Planejamento	
7	Elaboração da minuta do projeto de lei, com definição dos objetivos do Plano, instrumento e estratégias para o cumprimento da função social da propriedade e da cidade;	2ª quinzena	Sub-coordenador Econômico-Social com apoio de Consultor Jurídico		Projeto de lei protocolado junto a Câmara Municipal	
8	Assembleia com Entidades e Público em Geral para apresentação do Projeto de Lei do Plano Diretor	2ª quinzena	Sub-Coordenador Econômico-Social com apoio de Consultor Jurídico		Assembleia realizada	
Repasse Total (a)			R\$ 24.862,20			
Contrapartida total (b)			R\$ 1.864,67			
Total (a +b)			R\$ 26.726,87			

Contrapartida - 7.50%

Nota:

Todos os relatórios e minutas de leis apresentados deverão conter a assinatura do advogado responsável e ainda a assinatura do Coordenador Geral da Licitante e a aprovação do Coordenador Geral do Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Santa Rita